

DIREITOS AUTORAIS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE: UM OLHAR A PARTIR DO INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE

THE COPYRIGHT IN THE SCIENTIFIC PRODUCTION ABOUT HEALTH INFORMATION AND COMMUNICATION: A VIEW FROM THE INSTITUTE OF SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL COMMUNICATION AND INFORMATION IN HEALTH

Fabricia Pires Pimenta

fabricia.pimenta@cdts.fiocruz.br

Cícera Henrique Silva

cicera.henrique@icict.fiocruz.br

Maria Cristina Soares Guimarães

cristina.guimaraes@icict.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Resumo: O tradicional modelo de comunicação científica tem sido largamente questionado pela comunidade científica, principalmente a partir do movimento de acesso aberto e livre a informação científica. E, em face deste novo paradigma e do surgimento de alternativas ao modelo tradicional de comunicação científica, o direito autoral tem suscitado novas reflexões. Neste trabalho buscou-se compreender como as editoras científicas têm atuado e se adaptado ao movimento de acesso livre e aberto ao conhecimento científico, no que tange aos direitos autorais. E com este propósito, a produção científica do Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no período de 2007 a 2014 foi analisada. Os dados foram extraídos do Repositório Institucional da Fiocruz, ARCA. Em seguida, os sítios oficiais das revistas científicas ou de seus associados foram visitados a fim de se conhecer as políticas de direitos autorais e de acesso livre e aberto à informação científica. Complementarmente os bancos de dados DOAJ e Sherpa Romeo foram utilizados. A análise estatística de mais de 362 artigos científicos publicados em 131 periódicos distintos apontam para um cenário de extrema vulnerabilidade jurídica para o usuário, quer seja autor ou leitor. Há grande dificuldade em se obter informações de forma clara e inequívoca, principalmente para as revistas brasileiras. O cenário se torna mais grave por se tratar de um portfólio de revistas que refletem a produção de conhecimento nos campos da Informação e Comunicação, eminentemente na temática da Saúde, com especial ênfase no seu papel estruturante nas políticas públicas de saúde brasileiras. Os resultados indicam a real necessidade de maior conhecimento e transparência quanto ao uso dos direitos autorais por parte dos periódicos/editoras científicos a fim de se minimizar a insegurança jurídica para a comunidade científica.

Palavras-chave: Direito de autor. Artigo científico. Informação e comunicação em saúde. Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde. Acesso aberto.

Abstract: The traditional scientific communication model has been widely questioned by the scientific community, especially in the paradigm of free and open access movement. And in the face of the emergence of alternatives to the traditional model of scientific communication, copyright has evoked new discussion. This study aimed to understand how scientific publishers have worked and adapted to the movement of free and open access to scientific knowledge, with respect to copyright. And for this purpose, the scientific production of the Institute of Scientific and Technological Communication and Information in Health (ICICT) of the Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), from 2007 to 2014 was analyzed. Data were extracted from the Institutional Repository of Fiocruz, ARCA. The official sites of scientific journals were also visited, in order to know the policies about copyright and free and open access to scientific information. In addition the data bases DOAJ and Sherpa Romeo were used. The statistical analysis of more than 362 scientific papers published in 131 different journals point to an extreme legal vulnerability scenario for the user, either author or reader. There is great difficulty in obtaining information in a clear and unambiguous manner, especially for Brazilian scientific journals. The scenario becomes more serious because it is a portfolio of journals that reflect the knowledge production in Information and Communication fields, essentially for health issues, with special emphasis on their structural role in Brazilian public health policies. The results indicate real need for more knowledge and transparency in the use of copyright by the journals/scientific publishers in order to minimize legal uncertainty for the scientific community.

Keywords: Copyright. Scientific article. Health Information and Communication. Institute of Communication and Information Science in Health. Open Access.

1 INTRODUÇÃO

O tradicional modelo de comunicação científica tem sido largamente questionado pela comunidade científica. A limitação de acesso a grande parte do conteúdo de conhecimento científico gerado pelas instituições públicas de pesquisa, principalmente em países com baixo grau de investimento em ciência e tecnologia, traz como consequências grandes problemas. Os pesquisadores, estudantes, ou mesmo o cidadão terão acesso a somente uma pequena porção destes artigos científicos. Ao não poder acessar os milhares de artigos publicados anualmente, a comunidade científica não detém este conhecimento e, por conseguinte, não se incorpora ao estado da arte, limitando a geração de novos conhecimentos e impedindo a retroalimentação da cadeia que gera a ciência. Em uma perspectiva mais pragmática, boa parcela do potencial de impacto científico, tecnológico e social destes artigos não acessados é simplesmente desperdiçado. Na atual era da informação, instantânea e ilimitada, este cenário parece ser inadmissível (HARNAD *et al*, 2004).

A comunicação científica ocorre a partir de variados meios, seja pela publicação de ideias ou resultados de pesquisa (quer seja por artigos científicos ou mesmo por meio de atuais blogs e ferramentas afins), em reuniões públicas (seminários, congressos, etc.) ou pela rápida comunicação direta e informal entre pesquisadores. Entretanto, ademais de todos os tipos de publicações, a publicação em revistas científicas se tornou o mais relevante e prestigiado meio de comunicação científica.

A renomada Revista *Nature*, em seu primeiro fascículo, em 1869, pragmatiza o papel da publicação científica ao evidenciar que seu papel é, primeiramente, disponibilizar ao público os grandes resultados do trabalho científico e de suas descobertas, gerando um maior impacto ou reconhecimento na educação e na vida diária. Em segundo plano, sua intenção se dirige aos pesquisadores, auxiliando-os ao oferecer informação recente de todos os avanços científicos, e permitindo a oportunidade de discussão de várias questões científicas (NATURE, 1869).

A história da ciência revela que as mudanças no processo de comunicação científica são consequências de seu intrínseco processo de desenvolvimento. E esta trajetória evidencia diferentes modelos de gestão do processo de comunicação científica. Oriundos principalmente a partir do desenvolvimento de novas tecnologias dirigidas à circulação e publicização do conhecimento científico e da ineficiência do atual modelo de comunicação (VISSCHER, 1977).

Iniciativas tal como o Artigo do Futuro, idealizado pela Elsevier, que permite que o usuário possa explorar as figuras, tabelas e referências a partir das ferramentas de análise no próprio artigo, de forma dinâmica e criativa, impactando sobremaneira a leitura (<http://www.articleofthefuture.com/>) passam a ser uma realidade, principalmente na área biomédica (AMBINDER; MARCONDES, 2013).

Além da própria evolução natural do processo de fazer a comunicação científica, o novo paradigma trazido pelo movimento do acesso aberto e livre à informação científica afetou sobremaneira os meios de comunicação científica. A crise dos periódicos, em meados da década de 1980, provocada pelo aumento dos preços das assinaturas e pela escassez de financiamento para manutenção das coleções, também fomentou um ambiente profícuo para o estabelecimento de um novo modelo de gestão do processo de comunicação científica: as publicações eletrônicas.

Neste cenário de grandes discussões sobre os modelos de comunicação científica, de insustentabilidade do modelo econômico das editoras comerciais e de desenvolvimento da Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.9, n.2, set./dez. 2016.

internet, surge o movimento de acesso aberto e livre à informação científica. O acesso aberto e livre teve sua definição discutida e ratificada na Budapest Open Access Initiative (BOAI), reunião organizada pelo Open Society Institute (OSI), em dezembro de 2001. Desta reunião, surge a Declaração de Budapeste sobre acesso aberto e livre (BUDAPEST..., 2002), que reconhece que:

“Por ‘acesso aberto’ a esta literatura, nos referimos à sua disponibilidade gratuita na internet, permitindo a qualquer usuário a ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou usar desta literatura com qualquer propósito legal, sem nenhuma barreira financeira, legal ou técnica que não o simples acesso à internet. A única limitação quanto à reprodução e distribuição, e o único papel do *copyright* neste domínio sendo o controle por parte dos autores sobre a integridade de seu trabalho e o direito de ser propriamente reconhecido e citado.” (grifo nosso).

Neste mesmo esforço, a Declaração de Bethesda, em abril de 2003, se preocupou em definir a “publicação de acesso livre”. E, como tal, deve atender a duas condições, das quais a primeira está intimamente ligada a este trabalho, qual seja, o autor e o titular dos direitos de autor concedem, a todos os usuários, o direito de acesso livre, irrevogável e universal, além de licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e fazer e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, sujeito à necessária atribuição da autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal (SUBER, 2003).

Mas ao dizer que uma informação está em acesso livre e aberto significa dizer que esteja em domínio público? O movimento de acesso aberto e livre ao conhecimento também tem provocado novas reflexões sobre o direito autoral.

O elevado grau de desterritorialização dos conteúdos digitais tem como consequência a sua imediata disponibilização em âmbito universal. E uma vez acessível, pode ser reproduzido, distribuído ou reutilizado por qualquer pessoa (DIAS; VIDOTTI, 2012). Entretanto, a natural instantaneidade da internet não ressignifica os papéis do autor, detentor de direitos, e do usuário, receptor de direitos.

A simples mudança do suporte, quer seja impresso ou virtual, da expressão do conteúdo intelectual, protegido por direito autoral, não constitui alteração no rol de direitos do autor. Ou seja, não há diferentes direitos para conteúdos em diferentes suportes, porque o direito está

manifesto em relação ao conteúdo, como bem versa o artigo sétimo da lei de direitos autorais, Lei n. 9.610/1998 (BRASIL, 1998).

A interpretação minimalista de que os artigos científicos disponíveis na internet estão em domínio público, ou seja, sem impedimentos para livre reprodução e distribuição se mostra equivocada e por vezes ilícita e ilegal (OLIVEIRA, 2013). Portanto, a disseminação da ciência depende necessariamente do consentimento do detentor do direito autoral. E, neste sentido, este direito pode ser utilizado tanto para melhorar ou dificultar o acesso aberto e livre (SWAN, 2012).

O direito de autor, conforme versa a lei, garante proteção “as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro” (BRASIL, 1998). Conforme Cavalheiro (2001, p.210), o direito de autor trata da “titularidade garantida ao criador sobre a obra ou criação a que deu vida, compreendendo o complexo de poderes de usá-la e gozá-la, conforme melhor lhe convier, bem como tem garantido esta titularidade aos seus sucessores. ”. Desse modo, o direito autoral versa sobre o vínculo pessoal e patrimonial do autor com sua obra, ao proteger este vínculo de qualquer utilização inapropriada.

Assim, a *mens legis* da lei afirma que ao autor de uma obra deve ser concedido o privilégio da exclusividade da exploração, tanto de caráter moral, tal como ter reconhecido o seu vínculo com a obra, quanto de caráter patrimonial, ao perceber proveitos econômicos sobre sua fruição. Desta forma, o sistema fomenta sua retroalimentação, ao estimular o autor a circular sua produção intelectual e, ainda, a realizar novas criações.

Contudo, a proteção ao direito de autor não pode ser absoluta. É necessário que haja um balanceamento, de forma que se atinja um equilíbrio adequado entre o interesse público em expandir ao máximo o acesso à informação e ao conhecimento e o interesse privado do autor para gozar dos benefícios econômicos de suas criações. E, nesse sentido a lei apregoa limitações e exceções a esses direitos autorais, os usos livres ou permitidos (SIQUEIRA, 2015).

Portanto, os ideais da comunicação científica, já preconizados no lançamento dos primeiros periódicos científicos (MUELLER, 1999) e afirmados na primeira edição da Revista *Nature*, e a intenção do direito autoral não estariam, por definição, desalinhados. Ao contrário, poderiam estar coincidentes na medida em que se complementassem. Entretanto, o que se observa é que os direitos dos autores têm se expandido continuamente, sob a égide do poder econômico e político

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.9, n.2, set./dez. 2016.

da indústria do direito autoral, ao incorporar, ao longo da história recente, novos direitos aos autores e restringir usos permitidos (SIQUEIRA, 2015).

Nesse sentido, ao pensar a comunicação científica no atual contexto, a sociedade não tem tido acesso às descobertas científicas, nem tampouco, os autores têm efetivamente gozado dos direitos patrimoniais de suas obras, mas sim, as editoras científicas. No tradicional sistema de publicação científica, ao submeter um artigo para publicação de seus resultados, os autores são obrigados a cederem seus direitos sem qualquer tipo de compensação econômica; por vezes, até prover subsídios, na forma de taxas de publicação.

A alegação das editoras para obtenção da cessão de direitos se constrói na premissa de que deste modo estariam legitimadas para defenderem a publicação em caso de violação de direitos. Entretanto, o que efetivamente tem ocorrido seria um tipo de monopólio, com grandes editoras científicas publicando as revistas de maior prestígio, concentrando a mais relevante produção científica em determinada área, obrigando, de forma onerosa, os pesquisadores a acessarem estas revistas para progredir no processo de fazer ciência. Neste cenário, observa-se não mais a comunicação científica, mas sim um modelo de negócio baseado na comunicação da ciência. Este cenário se torna particularmente pernicioso quando o conhecimento gerado é atinente aos campos da saúde. Ao não acessar os artigos, a comunidade científica não utilizará este conhecimento, podendo restringir a geração de inovações médicas, de novas soluções para doenças que assolam populações negligenciadas, de medidas mais efetivas para o controle de graves problemas de saúde pública, de ações de engajamento e enfrentamento da sociedade para o combate de diferentes males.

O direito autoral se apresenta como um conjunto de direitos, tais como, usar, publicar, reproduzir, comunicar em público, distribuir, reivindicar sua autoria e tantas outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas. E, neste sentido, ao ceder às editoras o direito de usar sua obra intelectual a fim de ter seu trabalho publicado, o autor transfere seu direito patrimonial. A transferência de direitos totais e/ou exclusivos, através de acordo, como parte necessária ao processo de publicação científica tem suscitado discussões na comunidade científica. De igual modo, a restrição total de direitos de acesso e uso do conhecimento científico realizada pelas revistas e editoras científicas, no modelo tradicional de publicação, tem levantado

questões éticas, políticas e estratégicas para as instituições de pesquisa e pesquisadores em todo o mundo, particularmente na área da saúde.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe melhor compreender o processo de adaptação ou adesão das revistas e editoras científicas ao movimento de acesso livre e aberto ao conhecimento científico. De forma específica, o trabalho pretende observar como o direito autoral tem sido operado nos nascentes modelos de gestão do processo de comunicação científica, principalmente no que tange ao acesso, circulação e publicização do conhecimento científico.

2 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou como amostra de pesquisa a produção científica do Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), produzida no período de 2007 a 2014. O ICICT, em 2007, alçou novas competências ao incorporar em sua missão as atribuições de pesquisa científica, tornando-se uma unidade técnico-científica da Fiocruz, limitando a amostra temporal ao período supracitado. Sua missão, como bem elencam Araújo e Oliveira (2012), é:

“cuidar dos campos da Informação e Comunicação, atribuindo a eles importante papel estruturante nas políticas públicas de saúde a partir do princípio da interdisciplinaridade, como um princípio comum ao ensino e à pesquisa desta instituição. Isto implica o reconhecimento desses elementos como fundamentais para a pesquisa e a inovação, a prestação de serviços, o ensino, o planejamento, a gestão interna e a discussão pública sobre temas de Ciência & Tecnologia e Saúde” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2012).

No universo amostral, foram consideradas todas as categorias de artigos publicadas em fascículos das revistas científicas, quer sejam artigos científicos, editoriais, resenhas, correspondências, por compreender que todos estes tipos se apresentam como mecanismos de comunicação entre os pesquisadores. As produções que não tenham sido publicadas em um fascículo da revista foram excluídas.

A coleta dos metadados referentes à produção científica do ICICT foi realizada a partir do repositório institucional da Fiocruz, ARCA (www.arca.fiocruz.br). Uma etapa adicional de normalização foi realizada para os metadados relativos às revistas científicas, posto que foram observados tanto nomes abreviados quanto por extenso, além de incorreções na grafia.

As demais informações utilizadas neste estudo foram obtidas diretamente a partir do sítio oficial da revista e editora científicas. As seguintes variáveis da produção científica do ICICT foram analisadas: título da revista, a instituição proprietária da revista ou editora, sua natureza jurídica e se nacional ou estrangeira.

A partir do sítio oficial da revista e editora científicas, foram buscadas respostas para as seguintes questões: 1) a revista se autodeclara de acesso aberto? 2) a revista permite a leitura do conteúdo do fascículo corrente sem qualquer tipo de barreira? 3) a revista permite a impressão, o download e o salvamento de cópia de artigo do fascículo corrente sem qualquer tipo de barreira? 4) a revista permite a distribuição dos artigos sem qualquer tipo de barreira? 5) a revista permite o reuso das informações contidas no artigo sem qualquer tipo de impedimento? 6) a revista retém os direitos autorais dos artigos a serem publicados?

A pesquisa foi realizada em diversas seções. Nas revistas em língua inglesa, as seguintes seções foram investigadas: *About this journal, Editorial Policies, Copyright, Rights and Permissions, Guide for authors, Submit a manuscript, Open Access*. Para revistas em língua portuguesa, as seguintes seções foram consultadas: Sobre, Políticas Editoriais, Direitos autorais, Diretrizes para autores, Submissão de Artigos, Política de Acesso Aberto. Vale ressaltar que foram observadas diferentes formas de redação dos termos acima, neste sentido, buscou-se a informação no maior número de seções, assumindo o critério da redundância ao invés da escassez de dados.

A busca pelas informações nos sítios oficiais das revistas se mostrou uma etapa bastante laboriosa e exaustiva. Ficou bastante nítido que a informação sobre direitos autorais não está disposta claramente, de forma evidente e de fácil acesso. Foi necessário o acesso a diferentes seções dentro do sítio, por vezes em sítios secundários para que se pudesse obter a informação de forma inequívoca. O redirecionamento para outro sítio foi prática bastante comum para revistas de editoras comerciais. Neste caso, as informações constavam nas políticas gerais das editoras, e não mais no âmbito da revista em análise. Estas mesmas dificuldades também foram relatadas em um estudo sobre modelo de publicação das editoras (BJÖRK, 2012).

De forma complementar, os sítios das bases de dados cadastrais de revistas de acesso aberto Sherpa Romeo (<http://sherpa.ac.uk/romeo/search.php>) e Directory of Open Access Journals - DOAJ (<https://doaj.org/>) também foram utilizados. Ainda deve-se enfatizar que as buscas foram

realizadas em computador não institucional, visando não obter os privilégios provenientes de quaisquer convênios institucionais ou públicos.

A partir do esclarecimento destas questões, é possível identificar perfis das revistas e editoras científicas no que tange aos direitos autorais e acesso aberto e livre à informação científica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho analisou a produção científica do Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), publicada no período de 2007 a 2014. A produção científica, extraída do repositório institucional da Fiocruz, ARCA, apresenta 362 documentos, dentre artigos científicos e demais tipos, tais como editorial, correspondência, resenha, comentário etc.

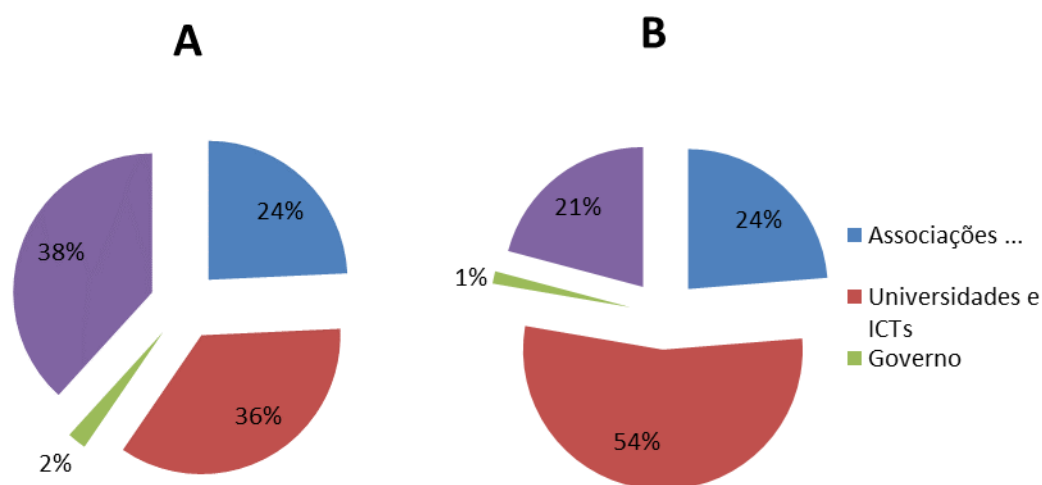
Ao se analisar quantitativamente as revistas científicas, a produção científica do ICICT está publicada em 131 revistas, 69 nacionais e 62 estrangeiras. Em outro sentido, são 91 revistas com somente um único documento publicado o que claramente aponta para a grande abrangência de conteúdos abordados pelo ICICT, evidenciando seu caráter interdisciplinar como já mencionado, o “desafio de pensar, construir e articular, de forma interdisciplinar, conceitos e práticas de Informação e Comunicação para a saúde” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2012).

Em relação à natureza jurídica dos publicadores, pode-se observar que há 4 perfis: (1) associações, organizações, sociedades ou federações; (2) universidades, institutos de ciência e tecnologia; (3) instâncias governamentais e (4) editoras comerciais. Nota-se que, quantitativamente, é ligeiramente predominante a publicação em revistas editadas por editoras científicas comerciais, seguido por revistas editadas por universidades ou institutos de ciência e tecnologia - ICTs e por associações, organizações, sociedades ou federações (Figura 1A). Contudo, ao se analisar o quantitativo de artigos científicos publicados, o panorama não mais demonstra o predomínio das revistas publicadas por grandes editorias científicas comerciais, mas sim daqueles oriundos das universidades ou ICTs com 54% das publicações (Figura 1B).

Este cenário pode ser parcialmente entendido ao considerar, ao longo do século XX, um nítido aumento no quantitativo de publicações pela entrada de novos publicadores, tais como universidades, ICTs e instâncias governamentais, justamente pela redução dos custos de

processamento editorial, propiciadas pelo avanço das tecnologias (GUANAES, 2011). Este ambiente mais favorável à concorrência se mostrou como uma oportunidade de mudança ao paradigma do mercado editorial comercial tendencioso à cartelização, com poucos detendo mais de dois terços do mercado mundial, oportunizando o aumento de preços das assinaturas dos periódicos científicos (GUIMARÃES; MARCONDES, 2007).

Figura 1. Perfil da publicação científica do ICICT em relação à natureza jurídica dos publicadores.



Legenda: (A) Perfil considerando o quantitativo de revistas científicas; (B) perfil considerando o quantitativo de artigos científicos.

Fonte: elaborado pelos autores.

Dentre as revistas com maior incidência de publicação (acima de 10 artigos publicados) estão os Cadernos de Saúde Pública - CSP; a RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde; Ciência & Saúde Coletiva - CSC e; a Revista de Saúde Pública - RSP com 45, 27, 19 e 16 documentos, respectivamente. Importante frisar que os Cadernos de Saúde Pública são publicados pela Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP e a RECIIS é publicada pelo ICICT, ambas unidades técnico-científicas da Fiocruz, ao passo que a CSC é publicada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco e a RSP pela Universidade de São Paulo. Todas disponíveis gratuitamente em sua versão online e acessíveis pelo Portal do SciELO, embora com modelos de negócios diferentes.

A RECIIS foi criada em meio ao processo de transformação do ICICT em instituto técnico-científico da Fiocruz, em um ambiente profícuo de consolidação dos laboratórios de pesquisa e de estruturação do programa de pós-graduação *stricto sensu*, conforme bem explicita Trigueiros (2015):

“Surgia como uma proposta de comunicação científica que refletia bem as características e a missão do ICICT e também da nossa pós-graduação, caracterizadas pela transversalidade, pela interseção, pela interdisciplinaridade e pela permeabilidade entre os campos da informação, da comunicação, da tecnologia aplicada, da inovação, da cultura, da saúde pública e de suas políticas, e das ciências sociais.” (TRIGUEIROS, 2015).

Nossos dados apresentam diferentes perfis de revistas/editoras científicas com relação ao direito autoral e o acesso aberto e livre à informação científica (Tabela 1). Esta diferença se evidencia no modelo de negócio escolhido pela revista/editora. Em face do movimento de acesso aberto; da conseqüente necessidade dos pesquisadores em compartilhar, disseminar e maximizar o impacto de suas pesquisas; e das políticas de publicização da informação científica imposta pelas agências de fomento; os editores têm sido impelidos a repensar sua estratégia de negócio.

Tabela 1. Categorização das revistas científicas, utilizados pelo ICICT para comunicação científica, conforme modelo de publicação

| N. de revistas científicas** | Com pagamento de taxa de publicação pelo autor | | Sem pagamento de taxa de publicação pelo autor | |
|---------------------------------|--|-----------------|--|----------------|
| | Se autodeclara de Acesso aberto ^a | Híbrida | Se autodeclara de Acesso aberto ^a | Por assinatura |
| Total | 19 | 33 | 71 | 3 |
| Permite a leitura? * | 19 | 33 | 70 | 0 |
| Permite o salvamento? * | 18 | 32 | 68 | 0 |
| Permite a distribuição? * | 15 | 25 | 16 | 0 |
| Permite o reuso? * | 13 | 21 | 2 | 0 |
| Não retém os direitos autorais? | 11 ^b | 10 ^b | 11 ^b | 0 |

*: Permissão de forma gratuita, imediata, sem restrições ou limitações; **: não foi possível encontrar informações para 3 revistas; ^a: a revista declara que seu conteúdo ou parte dele está em “acesso aberto”, sem, contudo, definir inequivocamente o termo; ^b: os autores retêm os direitos autorais, mas autorizam publicação.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.9, n.2, set./dez. 2016.

Em poucos anos, grande parte das revistas científicas migrou, ou anexou a sua editoria, a publicação online na internet. E, ao longo deste período, o acesso via internet tem se tornado a principal via de comunicação científica. Apesar da mudança de paradigma, o modelo de negócio permaneceu o mesmo; ou seja, onerar os leitores ou as bibliotecas, através da cobrança de assinaturas, para se obter o acesso à informação científica. Neste cenário, surge um novo modelo de publicação científica, as “revistas em acesso aberto”, que permitem o acesso a leitura de todo o artigo científico, via internet (BJÖRK, 2011; BJÖRK, 2012).

Muitas revistas surgiram neste cenário de acesso aberto à informação, disponibilizando para leitura na internet todo o seu conteúdo, o que tem sido nomeado com a “Via Dourada”. Destacam-se o sucesso das publicações com conteúdo em acesso aberto tais como a BioMedCentral e a Public Library of Science (BJÖRK, 2012).

Entretanto, como os custos são uma barreira ao acesso, as revistas que trilham a via dourada devem encontrar meios alternativos para cobrir suas despesas de processamento e publicação. Nesta arena, se destacam duas distintas trajetórias de fontes alternativas de recursos: as revistas patrocinadas por associações ou agências de fomento e aqueles nos quais os autores pagam por “taxas de processamento de artigos” ao terem aceito para publicação seu artigo submetido. Para algumas editoras esta taxa tem sido o mecanismo principal para manutenção da via dourada (KURAMOTO, 2006; BJÖRK, 2011; BJÖRK, 2012; GUANAES; GUIMARÃES, 2012).

Nossos resultados demonstram que 90 (69%) das 128 revistas utilizadas pelos pesquisadores do ICICT utilizam a via dourada como forma de disponibilização do conteúdo de sua produção. Ao se analisar o quantitativo de artigos científicos publicados, 67,5% da produção científica pode ser acessada para leitura sem qualquer tipo de impedimentos.

Destas revistas, 71 de 128 (56%) não cobram taxas de processamento de artigos, sendo demonstrando a grande e fundamental importância das agências de fomento na consolidação do acesso aberto à pesquisa pública brasileira. Este esforço para compartilhar, disseminar e maximizar o impacto das pesquisas brasileiras também advém do fato de que há no Brasil iniciativas para a promoção do acesso aberto tais como SciELO. Neste sentido, nossos resultados apontam que das 71 revistas que utilizam a via dourada e não cobram taxas de processamento, 63 (50% do total) são

revistas nacionais, o que de forma contundente corrobora a importância do apoio e fomento a estas iniciativas.

Como uma alternativa às revistas que, desde seu nascimento utilizam a via dourada, os tradicionais periódicos por assinatura iniciaram uma transição gradual em direção ao movimento de acesso aberto. Nesta tentativa, muitas revistas/editoras criaram um modelo misto de publicação, ou seja, oferecem ao autor a alternativa de publicação em acesso aberto através do pagamento de taxa de processamento em detrimento da opção de publicação tradicional sem custos. São as chamadas revistas híbridas. Este modelo de publicação permitiria aos editores a transição gradual do modelo tradicional, via assinatura, para o modelo de acesso aberto no caso de haver grande demanda pela via dourada. A discussão acerca da sustentabilidade deste modelo tem gerado estudos que atestam para a marginalidade deste processo no cenário das publicadoras (BJÖRK, 2012).

Os dados atestam que as revistas híbridas têm certa participação no portfólio de publicação do ICICT, com 33 (26%) revistas. A produção científica nestas revistas foi de 16% dos artigos científicos. Entretanto vale mencionar que não foi averiguado se estes artigos foram publicados na via dourada ou se permanecem em acesso restrito aos assinantes; este tipo de averiguação requer o exame de cada artigo, se distanciando do escopo inicial deste trabalho.

Em relação ao conceito de acesso aberto, não parece haver consenso sobre sua definição a partir dos nossos resultados. Como pode ser visto na Tabela 1, há um real declínio no número de revistas conforme se aumenta o grau de permissão para acesso ao conteúdo do artigo científico. Ou seja, apesar de as revistas/editoras se autodeclararem como de “acesso aberto”, há entendimentos diversos sobre o quanto se deve permitir que autores e terceiros possam aberta e livremente acessar o conhecimento científico.

A Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto, quando se refere a documentos em acesso aberto, enfatiza que estes além de estarem disponíveis de forma gratuita na internet, devem permitir “a qualquer usuário a ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou usar desta literatura com qualquer propósito legal, sem nenhuma barreira financeira, legal ou técnica que não o simples acesso à internet..” (BUDAPEST ..., 2002), tendo o autor unicamente controle sobre a integridade de seu trabalho e o direito de ser propriamente reconhecido e citado.

Entretanto, ao se analisar o grupo de 52 revistas que requerem taxas de processamento para o acesso aberto, somente cerca de 77% permitem a distribuição do conteúdo de forma irrestrita. A análise dos sítios das revistas permite elencar algumas limitações, tais como, distribuição exclusivamente para fins pessoais, ou para fins educacionais, não permissão para distribuição em sítios públicos, não permissão para fins comerciais etc. Somente para 3 revistas não foi encontrada a informação sobre os direitos de distribuição.

Para o grupo de 71 revistas que não requerem taxas de processamento e se autodeclaram como revistas de acesso aberto, somente 22% permitem a distribuição do conteúdo de forma irrestrita. Dentre as limitações elencadas estão distribuição exclusivamente para fins pessoais, ou para fins educacionais, permissão para distribuição em pequenas quantidades, não permissão para fins comerciais etc. Entretanto, o que mais se destaca neste grupo de revistas está no fato de 59% (n= 42) não fazerem qualquer menção a permissão ou não para distribuição dos artigos científicos. Esta situação de falta de informação ou falta de clareza quanto ao direito é extremamente prejudicial, causando séria vulnerabilidade jurídica.

Deve-se ainda ressaltar que deste grupo de revistas que não requerem taxas de processamento e se autodeclaram como revistas de acesso aberto, mas não mencionam acerca da possibilidade de distribuição irrestrita de seu conteúdo, 36 revistas são brasileiras. Estes dados demonstram uma grave realidade que as revistas brasileiras ainda não estão familiarizadas com a terminologia atinente ao direito autoral, tampouco, com a necessidade de transparência a fim de evitar fragilidades na relação com seu leitor.

O mesmo cenário pode ser observado em relação a possibilidade de reuso do conteúdo dos artigos científicos. No grupo de 52 revistas que requerem taxas de processamento para o acesso aberto, somente 65% permitem o reuso do conteúdo de forma irrestrita. Somente para 7 periódicos não foi encontrada a informação sobre os direitos de reuso.

Para o grupo de 71 revistas que não requerem taxas de processamento e se autodeclaram como revistas de acesso aberto, somente 2 revistas permitem o reuso do conteúdo de forma irrestrita. Dentre as limitações elencadas para a impossibilidade de reuso estão uso exclusivamente para fins pessoais, ou para fins educacionais e não permissão para fins comerciais. Neste grupo também se destaca que 67% (n= 48) não fazerem qualquer menção a permissão ou não para reuso dos artigos científicos, dos quais 45 são revistas brasileiras.

A Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto, nas dez recomendações em comemoração aos dez anos de iniciativa, faz a seguinte orientação:

“As revistas baseadas em assinaturas ou não AA que permitam qualquer tipo de auto-arquivo ou depósito em repositórios AA, devem descrever o que autorizam de uma forma precisa em termos legíveis por pessoas e por máquinas, de acordo com um padrão aberto.” (BUDAPEST ... 2012).

Ainda vale ressaltar que este panorama tem sido anunciado também pela base de dados cadastrais de revistas de acesso aberto Sherpa Romeo. A base noticia que apesar de algumas revistas estarem arrolados no diretório DOAJ, ou seja, se autodeclararem de acesso aberto, “isso apenas significa que se encontra livremente disponível para leitura”. Ainda alerta para a necessidade de se entrar em contato com o editor da revista para informações.

Reis *et al* (2014) observaram, ao analisar um conjunto de revistas através do portal da SciELO, que apesar de estarem disponíveis em formato eletrônico, suas normativas ou diretivas não estão adaptadas para este novo suporte, ao simplesmente reproduzir a política adotada para o formato impresso. Os autores ainda asseveram que a grande maioria das revistas investigadas não abordam qualquer interface com o acesso aberto ao conhecimento e negligenciam outros modelos de comunicação científica.

Esses dados apontam para um grave cenário de fragilidade e falta de informações, principalmente por se tratar de um portfólio de revistas que refletem a produção de um instituto, que tem a vocação de produção de conhecimento nos campos da Informação e Comunicação, eminentemente na temática da Saúde, com especial ênfase no seu papel estruturante nas políticas públicas de saúde brasileiras. De forma mais contundente, este panorama se apresenta ainda mais grave nas revistas brasileiras pois sequer mencionam o entendimento da revista sobre a questão, enfatizando um quadro de omissão e desatualização para as atuais discussões.

Diferentemente, este estado de precariedade não se mostra tão patente para as editoras estrangeiras, e em menor grau para as grandes editoras comerciais, refletindo uma maior profissionalização da gestão destas revistas, e um amadurecimento dos editores ao entenderem a complexidade do tema e a necessidade de sua discussão.

Ao se analisar sob o prisma dos autores e leitores, é notório que estes podem ser considerados hipossuficientes em relação ao tema. Poucos são os pesquisadores que têm clareza em relação aos direitos e deveres, incorrendo por muitas vezes em atitudes consideradas ilícitas. Contudo, a estes cabe a alegação de ter agido sem má-fé, de desconhecimento para remissão de seus atos, podendo, eventualmente, ficar isentos de responsabilidade. Em contrapartida, aos editores cabe a responsabilidade objetiva por suas ações em decorrência de suas atividades.

Os resultados indicam que os editores devem estar atentos às necessidades de transparência e clareza com relação a todos os aspectos relacionados aos direitos autorais. Este quadro se torna de maior relevância ao considerar que as revistas publicam resultados de pesquisas científicas sobre temas atinentes à informação e comunicação em saúde. A incerteza sobre a correta utilização dos direitos autorais pode incorrer na perda do potencial de impacto científico, tecnológico e social destes artigos, simplesmente desperdiçando este conhecimento científico em saúde.

Os dados ainda indicam a necessidade premente dos editores em serem sensíveis às mudanças de paradigmas, tanto de abrangência nacional quanto internacional, principalmente no que tange às implicações legais de seus atos ou omissões.

Nesse sentido, conclui-se que é nítida a necessidade de maior conhecimento e transparência quanto ao uso dos direitos autorais por parte das revistas/editoras científicas, principalmente em publicações que incluam a temática da Saúde, a fim de se minimizar a insegurança e fragilidade jurídica tanto para a comunidade científica quanto para a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

AMBINDER, Déborah Motta; MARCONDES, Carlos Henrique. Novas experiências para apresentação, acesso e leitura de artigos científicos digitais na web. **TransInformação**, v. 25, n. 3, p. 195-201, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v25n3/02.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

ARAÚJO, Inesita Soares; OLIVEIRA, Valdir Castro. Comunicação e Mediações em Saúde: Um olhar a partir do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (ICT/Fiocruz) PPGICS/ICT/FIOCRUZ. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6416>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.9, n.2, set./dez. 2016.

BISCALCHIN, Ana Carolina Silva; ALMEIDA, Marco Antônio de. Direitos autorais, informação e tecnologia: impasses e potencialidades. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 638-652, 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000011094/c9c862df77c296bf7f456cadc74746c>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

BJÖRK, Bo-Christer. The hybrid model for open access publication of scholarly articles: A failed experiment? **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 63, n. 8, p. 1496–1504, 2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.22709/abstract>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 09 ago. 2016.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI). **Declaração de Budapeste**. 2002. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI). Ten years on from the Budapest Open Access Initiative: setting the default to open. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>>. **Acesso em: 09 ago. 2016.**

CAVALHEIRO, Rodrigo da Costa Ratto. História dos direitos autorais no Brasil e no mundo. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 209-220, 2001. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/896>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

DIAS, Guilherme Ataíde; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. Arquitetura da informação no ambiente digital: avaliando as relações com o direito da propriedade intelectual. **Informação & Sociedade: estudos**. João Pessoa, v. 2, p. 115-132, 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14131>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

HARNAD, Stevan et al. The Access/Impact Problem and the Green and Gold Roads to Open Access: An Update. **Serials Review**, 34, p. 36-40, 2004. Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/265852/2/serev-revised.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

GUANAES, Paulo Cezar Vieira. **Modelos de gestão de periódicos científicos eletrônicos em acesso livre: estudo para um modelo de gestão sustentável na área de saúde pública**. 2011. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://arca.icict.fiocruz.br/handle/icict/6185>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

GUANAES, Paulo Cezar Vieira; GUIMARAES, Maria Cristina Soares. Modelos de gestão de revistas científicas: uma discussão necessária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 56-73, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362012000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 ago. 2016.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; MARCONDES, Carlos Henrique. Para além do acesso livre: o passado, presente e futuro. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 4, 2007.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

MUELLER, Suzana P. M. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, n. zero, artigo 4, 1999.

NATURE. A weekly illustrated journal of science. Editorial, Nov 4, 1869. Disponível em <<http://www.nature.com/nature/about/first/>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

OLIVEIRA, Jaury Nepomuceno. **Acesso Livre e Direito de Autor: a comunicação científica eletrônica na ciência da informação no Brasil e em Portugal**. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/handle/123456789/671>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

REIS, Juliana Gonçalves et al. As instruções aos autores podem estimular o acesso aberto no Brasil? **Cadernos BAD**, n. 2, p. 99-102, 2014.

SIQUEIRA, Luis Paulo Bogliolo Piacastelli de. Direitos Autorais e Comunicação Científica: desafios para bibliotecas. **Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas**, v. 2, p. 29-42, 2015. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2523413>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

SUBER, Peter. **Bethesda Statement on Open Access Publishing**. Released June 20, 2003. Disponível em: <<http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

SWAN, Alma. **Policy Guidelines for the development and promotion of open access**. Open Guidelines Series. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO, Paris. 2012. 77p. Disponível em: <<http://en.unesco.org/open-access/sites/open-access/files/215863e.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

TRIGUEIROS, Umberto. Recis 8 anos: Uma história de inovação e desafios. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 9, n. 2, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/975>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

VISSCHER, Maurice B. Copyright and other impediments to scientific communication. **IEEE Transactions on Professional Communication**, v. PC-20, n. 3, p. 149-151, nov, 1977. Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?arnumber=6591605>>. Acesso em: 09 ago. 2016.